

VERDADE TROPICAL **CAETANO VELOSO**

EDIÇÃO COMEMORATIVA DE 20 ANOS

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright ©2017 by Caetano Veloso

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto gráfico
RAUL LOUREIRO

Foto de capa

Caetano Veloso com o *Parangolé P4 Capa 1*, 1964, de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro, 1968. Cortesia Projeto Hélio Oiticica. DR/ Geraldo Viola. Todos os esforços foram feitos para reconhecer os direitos autorais da imagem da capa. A editora agradece qualquer informação relativa à autoria, titularidade e/ou outros dados, se comprometendo a incluí-los em edições futuras.

Foto de quarta capa

Caetano Veloso com o *Parangolé P25 Capa 21 — “Xoxoba”*, 1968, de Hélio Oiticica. Cortesia Projeto Hélio Oiticica. ©Fernando Young

Obra de arte da guarda

A violinista, Caetano de Almeida, 2014, acrílica sobre tela, 220 x 170 cm, reprodução de Edouard Fraipont.

Preparação

MÁRCIA COPOLA

Índices

LUCIANO MARCHIORI

Revisão

ÉRICO MELO

ANGELA DAS NEVES

VALQUÍRIA DELLA POZZA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Veloso, Caetano

Verdade tropical, Caetano Veloso. — 3ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

“Ed. comemorativa de 20 anos”

ISBN: 978-85-359-2989-8

1. Música popular — Brasil — História e crítica

2. Tropicalismo (Música) — Brasil 3. Veloso, Caetano, 1942- I. Título.

17-07978

CDD-781.630981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tropicalismo : Música popular

781.630981

2. Tropicalismo : Música popular brasileira

781.630981

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

PARA

JOSÉ MIGUEL WISNIK
DAVID BYRNE
E SILVINA GARRÉ

	11	CARMEN MIRANDA NÃO SABIA SAMBAR
	47	INTRO
PARTE 1	57 83 115	ELVIS E MARILYN BETHÂNIA E RAY CHARLES INTERMEZZO BAIANO
PARTE 2	123 139 147 165 175 193 201 215 221 243 249 255 275 305 315	TRANSE PAISAGEM ÚTIL DOMINGO BAIHUNOS ALEGRIA, ALEGRIA DOMINGO NO PARQUE TROPICÁLIA 2002 A POESIA CONCRETA CHICO VANGUARDA ANTROPOFAGIA PANIS ET CIRCENSIS É PROIBIDO PROIBIR DIVINO, MARAVILHOSO
PARTE 3	349	NARCISO EM FÉRIAS
PARTE 4	405 413 425 433 443 453 473	BARRA 69 LONDON, LONDON LÍNGUA AFINIDADES ELETIVAS AME-O OU DEIXE-O BACK IN BAHIA ARAÇÁ AZUL
	479	VEREDA
	493 505 509	ÍNDICE ONOMÁSTICO ÍNDICE DE MÚSICAS SOBRE O AUTOR

AGRADECIMENTOS

Cristiana Lavigne leu o amontoado de escritos que crescia na mesma medida em que ia se tornando intratável, e, apontando elos e sugerindo cortes, me deu de volta a esperança de fazer dele um livro.

Rubem Fonseca (que, num diálogo telefônico internacional com Cristiana Lavigne, ajudou a resolver um problema de informática) leu o material já organizado e, entre comentários muito encorajadores (também ao telefone), aconselhou (na verdade impôs) três cortes curtos e precisos como as frases que o fizeram famoso. (Duas dessas ordens foram imediatamente seguidas à risca, e uma delas — depois de muita hesitação — apenas em parte.)

Mais longe e mais perto, Luís Tenório de Oliveira Lima me deu, logo que voltei de Londres, os sete volumes de *Em busca do tempo perdido*.

Finalmente, ainda mais longe mas muitíssimo mais perto, Rodrigo Velloso me fez, no final dos anos 50, uma assinatura da revista *Senhor*, e assim tomei contato com os textos de Clarice Lispector, cuja obra Rodrigo passou a comprar sistematicamente para mim, como também a de João Guimarães Rosa e a de João Cabral de Melo Neto. Isso me levou a amar os livros com uma profundidade que supera a falta de intimidade que ainda hoje tenho com eles.

Obrigado,
C. V.

CARMEN MIRANDA NÃO SABIA SAMBAR

Pra começar, a Coca-Cola de “Alegria, alegria” não foi a primeira da música popular brasileira: o nome do refrigerante já aparecia numa das estrofes nonsense de “Siri jogando bola”, de Luiz Gonzaga e Zé Dantas. Na verdade, considerando que o jumento desse galope tomava vinte Coca-Colas, a de “Alegria, alegria” seria, na melhor das hipóteses (isto é, se não tiver havido outra menção à Coca em alguma canção brasileira anterior à de Dantas-Gonzaga), a vigésima primeira.

Depois, Rita Lee não é da Pompeia. Como se pode ler na sua brilhante autobiografia, Rita nasceu e viveu na Vila Mariana até a idade adulta. Dos Mutantes, moravam na Pompeia apenas os irmãos Arnaldo e Sérgio Dias Baptista.

Em tempo: se você é uma ou um jovem que começa a ler este texto e não quer perder muito tempo com isso, pode pular tudo o que vem abaixo e ir direto para o último parágrafo.

Uma linguista baiana me disse que há um caso de hipercorreção no fim de um período da introdução deste livro. Parece que, ao ouvi-la destacar o trecho, concordei. Relendo agora, não senti.

Heloísa Chaves, uma professora e tradutora mineira, me disse (não

ao comentar *Verdade tropical*, mas num dos papos do blog *Obra em Progresso*, online durante a gravação do álbum *Zii e Zie*) que a gente lembra algo ou se lembra de algo. *vr* está cheio de “lembro de”. Suponho que escrevi esse livro como passei a falar depois de conhecer Rogério Duarte, que não pronunciava os *dês* dos gerúndios (sabe?, “fazeno”, “andano”, “dizeno”...) mas ousava articular frases complexas e corretas como as que usamos na língua escrita — isso sem perder a paixão do argumento ou da descrição. Heloísa reclamou também (e isto ao falar sobre *vr*) de eu desqualificar o *erre* retroflexo. Eu tinha mesmo chegado a dizer que ele era um aleijão linguístico usado por parte ínfima da população nacional e que causava estranheza nos ouvintes do resto do Brasil. Um absurdo que, embora eu tivesse, anos antes, homenageado amorosamente esse *erre* na canção “A Outra Banda da Terra” (por ter passado a ouvi-lo com agrado e carinho quando pronunciado pelas meninas do interior de São Paulo que eu encontrava nas turnês dos anos 1970), fui levado, pela correnteza da minha prosa, a perpetrar, para ilustrar o desprezo que nutrira, na extrema juventude, pela língua inglesa. Mas era principalmente ignorância. Com o passar do tempo e apurando o ouvido, percebi retroflexão do *erre* em certas falas e cantos lusitanos e, muito mais importante, lembrei que o “poico” e a “póita” que meu amado Vladimir Carvalho pronunciava no nosso tempo de faculdade, imitando, por saudade, o falar rural de sua Paraíba, era uma variação desse tipo de sonorização da consoante. E me dei conta de que, além de estar em grande parte de Minas e de São Paulo, ele estava em quase todo o Mato Grosso (que hoje são dois) e em quase todo o antigo Goiás (que hoje divide-se em Goiás e Tocantins). Esse é o *erre* da população de muitas áreas rurais e cidades do interior do Brasil: agora me lembro de tê-lo ouvido de oficiais gaúchos no “cassino” do quartel do PQD durante minha prisão. Acima de tudo, essa pronúncia da consoante migrou para a capital de São Paulo juntamente com os ex-moradores de cidades menores e de zonas agropecuárias, tendo as populações das periferias hoje (inclusive — e talvez principalmente — os mais importantes mcs de rap) tornado tal forma de emitir o *erre* uma característica paulistana. (Mal eu tinha acabado de escrever as linhas acima, alguém me contou que Antonio Candido afirmava que o *erre* da capital de São Paulo, até o começo do século xx, era assim.) Ouvimo-lo agora, coisa inimaginável há duas décadas, em vozes de comentaristas dos noticiosos da tv. Além disso tudo, o guitarrista Pedro Sá, ao ouvir,

ao meu lado, erres retroflexos no espanhol falado em Assunção, levantou a hipótese de esse fonema ter-nos vindo, a brasileiros e paraguaios, do tupi-guarani. Pouco antes, ao flagrá-lo em falas costa-riquenhas de alta classe, eu tinha atribuído o fenômeno à influência norte-americana. Ouvindo a hipótese de Pedro sobre os paraguaios, projetei na Costa Rica a possível origem indígena da retroflexão. Mas o que dizer do quinhão dela que encontrei em alguns lusos? E quem disse que o erre é uma consoante surda? Só mesmo eu, que não pesquisei nada para escrever um livro tão grande e tão cheio de palpite. Embora eu ache que o erre que se torna uma mera aspiração o seja, os textos que li, meio ao acaso, sobre o assunto invariavelmente definem o erre como consoante sonora.

Lúcia Castelo Branco, uma escritora e professora também mineira, me deu um quinau por eu atribuir a afirmação “Não existe relação homossexual” a Lacan: este, ela frisou, disse que “Não existe relação sexual” e ponto. A frase sobre a relação homossexual ouvi num seminário do psicanalista MD Magno lá pelos anos 1980, quando ele era tido como lacaniano. Por isso a atribuí ao lacanismo. Mas não me lembro se diretamente a Lacan. Seja como for, gosto mais da frase de Magno. A de Lacan eu não entendo.

A questão de VT arriscar-se a ser um livro complicado demais para quem gosta de música popular e demasiado interessado em música popular para quem gosta de livros complicados se complica para mim quando leio trechos como “Diante dos jornalistas que atacam os filósofos franceses e alemães porque eles não escrevem de modo anglofilamente ‘claro’ (jornalístico), louvo Heidegger escrevendo sobre Nietzsche, e Deleuze sobre Proust”. Reconheço aí uma rendição ao ritmo da prosa e um uso abusivo da veracidade: de fato eu estava lendo, em inglês, as aulas de Heidegger sobre Nietzsche e tinha acabado de ler, com gosto, o livro sobre Proust escrito por Deleuze, mas hoje vejo que só retive do primeiro uma vaga lembrança da diferença que o autor faz entre a ideia de eterno retorno e uma afirmação de Goethe sobre os pensamentos, se levados até o fim, sempre voltarem ao começo, e a ojeriza que o filósofo da Floresta Negra tinha por Schopenhauer. Ele faz tudo para afastar Nietzsche de Schopenhauer, lamentando sempre a paixão inicial do pensador do Super-Homem pelo da Vontade. (Acho que Heidegger devia odiar trechos como aquele em que Schopenhauer afirma que o homem é preto, no mínimo castanho, e considera a variação minoritária dos que migraram

para a Europa fria e ficaram com a pele, os olhos e os cabelos claros, uma aberração.) Aliás, ouço-me consideravelmente inautêntico nesse trecho: o estilo claro, à inglesa, de Schopenhauer é algo que, em filósofos, eu defenderia até o fim. Quanto a Deleuze, acho que reencontrei nele minha paixão por Proust salpicada da obscuridade do novo estilo francês. Não retive muito do que li no livro. Suponho que eu queria dar fecho algo grandiloquente a um capítulo vulnerável sobre o tema complexo das vanguardas — e reforçar a defesa do meu próprio barroquismo contra os que desprezavam o Padre Antônio Vieira e Guimarães Rosa. Seja como for, hoje me parece que a frase presta um desserviço aos idiossincráticos argumentos que a precedem e, talvez, ao livro como um todo.

A fama que fiz de conhecedor da língua portuguesa deve-se ao fato de haverem circulado em redes sociais queixas minhas contra certos erros sintáticos que me produzem mal-estar. Claro que amo a língua portuguesa quase tanto quanto Fernando Pessoa, de quem citei, parafraseando, no nosso primeiro (será? — “deixa que digam, que pensem, que falem”...) samba-rap, a afirmação, feita por Bernardo Soares, um seu heterônimo prosador, “Minha pátria é a língua portuguesa”. Mas a toda hora me vejo cometendo erros de ortografia. Esse corretor automático aqui do computador é um idiota: escrevo Mangabeira e ele sublinha com pontilhado vermelho, recusando. Tento “mangabeira”, com a inicial minúscula (pode ser que o infeliz não conheça o sobrenome de família, mas não poderá ignorar a árvore), e ele não aceita. Então penso que devo pedir a meu filho que mora comigo para me ensinar a desativar esse recurso desorientador (que acaba de recusar “desorientador”!). Mas logo me dou conta de que, com alguma frequência, me surpreendem alertas vermelhos contra algumas palavras usuais. Não é raro que sejam zês no lugar de esses, ou esses no lugar de cês-cedilhas. Na maioria das vezes, são distrações, mas há casos bastantes em que tenho dúvidas que poderiam durar uns minutos — e talvez não se resolvessem pela opção correta. Meu amigo Carlos Nader, o cineasta, me disse que sente inseguranças ortográficas em português como não sente em francês (língua em que ele, filho de libaneses, também foi alfabetizado) nem em inglês (que ele aprendeu adulto): nestas duas línguas, parece-lhe que as palavras escritas se gravam na mente como ideogramas, enquanto em português a gente se pergunta “é com esse ou com zê” e procura lembrar uma regra, a razão de se escrever assim ou assado. De minha parte, não

gosto de ouvir brasileiros dizerem que o português é uma língua difícil, mas acho que há algo pertinente na observação de Nader. É maluquice um brasileiro dizer que o português é difícil, se ele o fala desde os dois anos de idade. Entendo que alguns, por ouvirem na escola muitas regras serem recitadas, muitas análises sintáticas que lhes parecem chatas, mesmo que não conheçam outras línguas, concluam que a nossa é especialmente espinhosa. Ela não o é mais do que as outras línguas latinas. Isso muitas vezes vem se somar à suspeita tendência à desvalorização do Brasil (tantas vezes explicada pelo fato de terem estas terras na América do Sul sido colonizadas por portugueses), desvalorização que insisto sempre em combater, principalmente porque ela nos exime de responsabilidades, o que nos levou a não preservar imagens e sons gravados, a ter pouco cuidado com a afinação das nossas vozes cantantes, com o acabamento do que nos propomos a fazer, e, pior que tudo, a desistirmos cedo de experimentar e inventar. Assim, prefiro usar a palavra “erro” com naturalidade, quando me refiro a desvios da norma da língua (embora ame tantos deles...). Considero a ideia de “contribuição milionária de todos os erros” oswaldiana algo melhor do que as modas linguísticas, quando estas perigam contribuir para a instabilidade do uso do português entre nós. Observo, entre parêntesis, que neste texto aqui escrevi umas três vezes a palavra “esse” e senti saudade de quando era claro que queríamos, quando a escrevíamos sem acento circunflexo, enunciar o nome da consoante fricativa surda e não o demonstrativo “esse”, que, até os anos 1970, tínhamos que escrever com o acento. Há algo de maluco em pensar que diminuir a acentuação torna a escrita (e a leitura?) mais fácil. E li o que pude sobre o ainda novo acordo ortográfico, sem que nada me indicasse se devo escrever “caminhão” ou “camião”, ou se mostrasse eficaz em aproximar o português europeu (e africano) do nosso. Uma banda de pagode armada com sucesso nos anos 1980 ou 90 por portugueses, em Portugal, fazendo sucesso estrondoso em África, América e Europa lusas — e esses portugueses cantando, a princípio, à brasileira, mas revelando lusitanidades fonéticas, prosódicas e semânticas a partir de certo ponto de sua carreira —, faria muito mais por uma verdadeira aproximação linguística da comunidade lusófona do que esse acordo que o Brasil se apressou em oficializar (passando a escrever “ideia” e “para” sem acento), enquanto os portugueses seguem resistindo. Acho que o próprio acordo “pára” diante do facto de que portugueses não podem

escrever “fato” sem cê. Ou podem, quando se referem a um terno. Que é palavra com estranha elasticidade semântica e sinonímia misteriosa. De tenro a conjunto de calça e paletó, sem esquecer dos blocos de reis e de Carnaval do antigo Recôncavo, é um oceano de sentidos.

Em algum lugar da antiga introdução falo de minha tendência à digressão. vt foi escrito na flor dos meus 54 anos, quando a memória para o vocabulário era rápida e precisa. Hoje, penso que deveria comprar um dicionário analógico (ou achar um online) mas me esqueço de fazer uma coisa ou outra. Ainda por cima, li em algum lugar que, com a internet, a capacidade média, nas pessoas, de concentração para leitura desceu para oito segundos. Como podem se sustentar esses meus períodos caricatamente proustianos?

Dos comentários que saíram sobre vt ao longo dessas duas décadas, o meu favorito é o de Luiz Carlos Maciel. Ele vem falando, no livro em que se reuniram escritos seus, sobre achar que, naquele em que se reuniram uns meus, a ordem cronológica invertida (dos mais recentes para os mais antigos) faz os primeiros, perto do final, parecerem posteriores aos últimos, que abrem o livro, tão careta foi ficando minha prosa — e aí entra em vt. Logo ele, que sempre tratou o desbunde com serena lógica. O fato é que o jeito como ele aborda o assunto me agrada. Talvez o melhor seja sua anotação de que eu por fim me defino sexualmente: não sou nem heterossexual, nem homossexual, nem bissexual. E ele o faz sem intuito explícito de rir das passagens que o levaram a isso. É uma constatação de fato, para o qual ele não exige ou sugere retificação. Soa não careta. É bem Maciel. Mal sabe ele que, antes de chegar àquilo, eu tinha, num capítulo sobre sexo, cujo teor essencial resumi na versão final, concluído que prefiro me declarar um homossexual que teve, até ali, sobretudo atividade erótica com mulheres... Se há, como parece que em alguma medida há (embora não seja o espírito predominante da observação), um aspecto crítico em seu comentário, ele deve ser mais ou menos da mesma natureza daquele que me fez escolher, a princípio, declarar-me homo. É um modo de pensar meio imitado do movimento pelos direitos civis dos negros americanos. Me lembro de um participante do grupo AfroReggae, branco a olhos brasileiros, que usava uma camiseta onde se lia “100% NEGRO”. No mesmo espírito em que Nei Lopes se diz um “ex-mulato”. É bem mais fácil nos Estados Unidos, onde basta um mínimo de ascendência negra para que alguém seja considerado preto.

Claro que isso veio dos senhores brancos, que queriam marcar a diferença e manter os negros fora da roda. Mas também serviu para aumentar o número de comprometidos com o movimento: o número é aspecto decisivo. Acima de tudo, luz o sentimento de que você se identifica com o lado mais desvalorizado do grupo que quer defender. Ri quando li, nos escritos de vinte anos atrás (que, não por isso, não foram aprovados por mim para publicação), que eu me declarava homossexual. Eu estava antevivendo a crítica que Maciel faria ao ler os trechos que conduzem à conclusão de que não sou hétero, nem homo, nem bi e escolhi, provisoriamente, aquela solução. Hoje penso, com mais coragem, que o certo é mesmo dizer não sou nem bi, nem hétero, nem homo. Está melhor assim, como no resumo que ficou no livro. Somos sexuais. Maciel, incrivelmente atento e sempre claro, gozou o salto maluco (digno, talvez, dos meus textos dos anos 1970, de que ele gosta mais) que me leva, depois de um parágrafo que vai fundo na sutileza das movimentações internas da cultura brasileira para a criação da bossa nova, a começar o parágrafo seguinte com “Este livro, por exemplo, eu creio que o escrevi por causa de Nova Iorque”. Senti que me entregava gostosamente à maluquice quando fiz essa ligação enigmática. Eu estava ecoando o título do nosso primeiro show no Vila Velha, *Nós, por exemplo*, e equiparando diferentes motivações misteriosas que geram atos interessantes. De fato atribuo um poder mágico a Nova York (que eu ainda preferia escrever Iorque, antes de uma conversa pública que tive com o grande tradutor Sergio Flaksman), mas não há, em todo este livro, nada que se assemelhe, estilística ou logicamente, àquele salto.

Outros comentários tiveram força sobre mim. O de Roberto Schwarz elevou o livro a um patamar literário muito alto. Vejo o abismo que há entre sua apreciação desse meu relato e a tradução, em tudo feia, que dele foi feita para o francês. Guiados apenas pelo texto da versão americana (que picotou períodos e trocou ordem de capítulos), os tradutores franceses, mesmo em relação a esse modelo, cometem erros visíveis à primeira olhada. O nível da vida intelectual brasileira fica ali inacreditavelmente rebaixado. Como posso interpretar nosso recanto na periferia do capitalismo diante do desprezo editorial por um livro brasileiro que foi lido como algo de primeira linha por um crítico pátrio que ocupou lugar no mundo acadêmico francês e é um dos mais dedicados intérpretes do nosso descompasso cultural? Logo na língua de Sartre, Lévi-Strauss e

Proust, as maiores influências estilísticas que se derramaram pela composição do livro, sua forma e seu sentido foram massacrados. Entendo que um livro escrito por cantor popular não encontre na França interesse de editores sérios. (Schwarz, ao comentar a estranheza de um livro de, para ele, alto valor literário ter sido escrito por um cantor popular e não por um “músico erudito, um poeta, um cineasta ou um arquiteto”, me fez pensar numa resenha que li em revista americana sobre o livro de coletânea de artigos da crítica de cinema Pauline Kael, em que o comentarista sublinha a diferença de nível entre o público que lê sobre cinema e o que lê sobre canções: os últimos são de idade e escolaridade muito abaixo dos primeiros — o que me levou a divagar sobre a razão de uma arte nascida há pouco mais de um século como atração de feira ser consensualmente tida como mais nobre do que a que trata da imemorial tradição de organizar as sílabas das palavras em acordo com as alturas dos sons, usando o tempo como matéria.) O artigo de Schwarz sobre VT me impressionou talvez antes de tudo por esse contraste com a tradução francesa do livro. Mas eu acho que Schwarz se atrapalha ao me descrever como um projeto de esquerdista convencional que degenerou em colaboracionista regressivo. Nunca fui, nunca seria um esquerdista convencional. Schwarz também me decepciona por parecer fazer um caminho como que oposto: começa seus trabalhos — e os desenvolve — com uma inteligência luminosa que se espalha em frases cortantes a enfrentar argumentos complexos, para concluir... como um esquerdista convencional.

Em seu artigo, saído muitos anos depois do lançamento de VT, ele parece crer que o ambiente vanguardista instaurado na Salvador de entre o final da década de 1950 e o começo da de 1960, pela liderança surpreendente do reitor Edgard Santos, era parte do movimento de esquerda que criou os CPCs da UNE. Na verdade, os estudantes esquerdistas fizeram protestos contra o reitor e seus gastos fúteis com artes. Numa dessas manifestações, um grande cartaz dizia ABAIXO AS BICHAS DO REITOR. E quem pôs Edgard lá (e convidou Lina Bo Bardi para fundar o Museu de Arte Moderna da Bahia) foi Juracy Magalhães, militar cearense posto no governo da Bahia pelo Getúlio ditador e que terminou sendo dono da política baiana por décadas. Sua frase é famosa: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Em VT conto como eu me sentia o “alienado” entre meus colegas de esquerda. Entendo que o retrato que Schwarz faz da efervescência daqueles anos abrange mais

do que o estritamente ideológico: a Escola de Teatro animava-se a montar Brecht porque precisava ensinar teatro político de esquerda a seus alunos, aos estudantes em geral e às plateias, naturalmente pressionada pelo ambiente cultural do período. Mas Roberto estranha a sinceridade de um cara que, quando garoto, reconhecia afinidades formais e mesmo estruturais entre o design do avião Caravelle, a arquitetura de Niemeyer e as harmonias da bossa nova. Isso é tomado por sinal do que se revela depois como posição política suspeita. Talvez seja um erro narrativo que eu tenha deixado para expor melhor essa dissintonia entre mim e os comunistas quando já as tinha aclaradas pelos diálogos com Rogério Duarte, pela visão de *Terra em transe* e pela crescente revelação dos horrores da União Soviética. É em voltas narrativas à minha primeira juventude que conto coisas que revelam tal dissintonia. Schwarz, acostumado a ler Machado de Assis com lentes adornianas e fixado na ideia do narrador inconfiável, supõe que o golpe militar me venceu ideologicamente. Devo afirmar: estou seguro de que, não fosse o Primeiro de Abril, eu estaria mais longe da esquerda do que estava faz vinte anos — e do que estou hoje. Eu precisei sentir na carne a violência das forças conservadoras (e a natureza do que elas querem conservar) para suspeitar, de uma vez por todas, das manobras para manutenção de privilégios de classe. A frase desaforada sobre não querer que operários decidissem sobre o futuro de minha vida é filha direta das notícias de que em Cuba criaram-se campos de recuperação para homossexuais. Coisa que eu desconhecia em 1963 mas que eram as que mais me instigavam a escrever, em 1997, palavras como aquelas. Ouvi o único esboço de defesa de Fidel nesse episódio quando isso já era passado em Cuba: ele teria avisado a Alfredo Guevara, fundador do ICAIC e veado, a passar uns anos na França, pois as associações populares de bairros exigiam dureza contra os gays. Ouvi essas coisas em conversas informais. Quando escrevi *vt, Morango e chocolate* já tinha sido exibido no Brasil. Todos diziam que as perseguições às bichas e às sapatas tinham acabado, mas sabia-se que o envio de homossexuais para campos de trabalho forçado tinham sido regra por alguns anos. Sinceramente, não espero definição final sobre a homossexualidade: se as religiões monoteístas, as teses sociais conservadoras, as ditaduras comunistas ou as reviravoltas da psiquiatria decidirem que estavam certos os que a reprimiam, isso é coisa de que independe minha atual identificação com o mundo gay. Por isso usei o possessivo na pri-

meira pessoa. De fato, ao ler um artigo na *Folha* em que se comparava a dimensão política às reuniões de condomínio (são chatas, mas necessárias; úteis para resolver questões de área de uso coletivo, contanto que fique claro que síndicos e condôminos não poderão decidir sobre a cor das minhas paredes internas), me lembrei de uma mulher que estava sendo entrevistada ao mesmo tempo em que eu num programa da televisão francesa. Ela era uma pianista clássica, de maneiras muito educadas, claras e simples. Ao me ouvir dizer que “tudo é político” (eu estava respondendo a uma pergunta sobre canção de protesto e, depois de apontar para a dificuldade de alguém definir qual a cor política de uma sequência de acordes de Baden Powell, admiti que “tudo é político”, o que me parecia ser um modo de desobrigar compositores de canção de serem politicamente explícitos em suas letras), a musicista francesa disse, com muito cuidado, que temia um detalhe de minha resposta: “Dizer que tudo é política”, explicou ela, “é invadir minha intimidade. Há coisas que não são política e não devem ser tomadas como tal”. Era uma observação sensata, que aprendi a respeitar. Claro que o articulista liberal arriscava-se a despolitizar o que exige apreciação política: num país de brutal desigualdade como o nosso (não vivemos num condomínio de apartamentos semelhantes), as questões que definem a realidade coletiva se impõem. Em vt conto muitos momentos de aprendizado liberal. De frases soltas de Arthur Guimarães a complexidades de Mautner; de conversas variadas com Zé Almino de Alencar a teses de Antonio Cicero; do horror aos totalitarismos ao repúdio íntimo às censuras estéticas e sexuais, as ideias liberais me apareciam como mais responsáveis do que projetos revolucionários que sempre resultavam em autocracias. Ainda hoje, sobretudo depois de ler John Stuart Mill (mas também V.S. Naipaul ou mesmo Zé Guilherme Merquior e Roberto Campos), vejo que projetos de libertação do homem futuro não podem prescindir de aspectos da doutrina liberal. Por isso minhas inclinações foram sempre para a esquerda crítica. Felizmente a esquerda que se esboçava na época do desbunde era uma esquerda que criticava os vícios da esquerda tradicional. Ali achei meu lugar, um cantinho onde pude desenvolver minha imaginação e minhas fugazes certezas. Vi algo assim em alguns ex-trotskistas. Era isso que eu gostava no primeiro Paulo Francis e no segundo Luiz Tenório — e é o que gosto em Ruy Fausto. Há um longo artigo em que João Camillo Penna discute o texto de Schwarz sobre vt de modo muito minucioso e, a meu

ver, muito penetrante.* Camillo às vezes convida Walter Benjamin para desautorizar o Adorno que leva Roberto Schwarz a ser injusto com vt e com seu autor. Às vezes o próprio Adorno é convidado a desautorizar a versão de pensamento seu que foi usada para isso. Ruy Fausto também respondeu a Roberto, mas o artigo de Camillo tem a compreensão do essencial. Suponho que muito se deve ao fato de Camillo, diferentemente de Fausto e Schwarz (principalmente deste último, que nada parece saber a respeito), conhecer música popular.

Eu deixaria pra lá a questão da crítica de Schwarz se não fosse por duas coisas — que estão ligadas intimamente: o desprezo dele pelo capítulo sobre a minha prisão e, mais do que tudo, a sugestão de que oculto possíveis transações obscuras no conseguimento de minha volta ao Brasil. Voltei porque João Gilberto me chamou. Creio em João de modo sobrenatural. Minha amiga Barbara Browning, professora da New York University, criou, já nos anos 1990, o “Cult of João Gilberto the Divine”. Eu o fiz em 1959. Todas as vezes que leio as reclamações de Roberto contra a superstição, me lembro do psicanalista Rubens Molina, com quem tive a mais espontânea e profunda sintonia analítica. Eu contava detalhes de meus vícios mentais (esses de que falo no capítulo da prisão) e ele, depois de ouvir por bastante tempo, disse: “Superstição é melhor do que religião”. Não é frase teórica. Eu não a contraponho à afirmação de Lévi-Strauss de que os homens criaram as grandes religiões para livrarem-se das superstições. Ou ao argumento de Olavo de Carvalho ao defender a religião contra seus detratores com a afirmação de que quem não tem religião (ou renega aquela em que se criou) vira presa de superstições. Não. Era psicanálise. Rubens estava dizendo aquilo só para mim, naquele momento. Poderia servir-me — e me serviu — para dar cada vez menos peso aos rituais supersticiosos, o que gradativamente me levava a prescindir deles. Sem deixar, é claro, de insinuar que religião é loucura maior, formatada e compartilhada. Neste caso, o que ouvi no divã ressurgiu com serventia: vim pro Brasil porque cria supersticiosamente em João Gilberto — e Roberto Schwarz me calunia veladamente porque está preso à grande religião marxista. Nesse momento ele está mais cego do que eu. Não fiz nenhum acerto com quem quer que seja para a volta definitiva

* João Camillo Penna. *O tropo tropicalista*. Rio de Janeiro: Circuito/ Azougue, 2017. [Todas as notas de rodapé são do editor.]

do exílio. Mal cheguei a Londres, em 1969, Chico Anysio me escreveu uma carta oferecendo ajuda para eu voltar. Ele sabia de minha tristeza desesperada e dizia ter diálogo com pessoas que poderiam resolver isso para mim. Respondi que estava de fato muito mal fora do Brasil, agradeci a oferta mas recusei: disse-lhe que eu não queria nada com os militares que me prenderam e cuja política eu odiava. Quando Bethânia me disse que ia tentar conseguir que eu viesse para o aniversário de meus pais, em 1971, aceitei porque era ela. (Bethânia também tem o que vejo em João Gilberto: Chico Buarque sempre disse que “a Bethânia e a Milton a gente obedece”.) Só depois soube que Bethânia fez combinações com Benil Santos, que era empresário dela. Ela me dizia ser inaceitável minha ausência na missa de nossos pais. Que eles mesmos ficariam muito mal se eu fosse o único filho a faltar. Vim. E foi um terror: preso na escada do avião, levado num fusca a um apartamento na Presidente Vargas para seis horas de interrogatório e ameaças, transportado num camburão para a casa de Bethânia, sob ordens de ir direto para Salvador, de onde não poderia sair, proibido de cortar o cabelo e de raspar a barba, ser permanentemente seguido por dois agentes da PF, proibido de dar entrevistas exceto se por escrito e revisadas por esses agentes, obrigado a fazer dois programas na Globo “para tudo parecer normal”. Será que Benil ganhava algo com isso? Dói pensar assim: ele é colega compositor e eu gostava dele. As descrições feitas por Elio Gaspari do mundo de corrupção que era a ditadura militar me levam a crer em tal possibilidade (tenho pena desses pobres coitados que vão à rua pedir a volta da ditadura contra a corrupção: Lula e Dilma foram os únicos que deixaram o Ministério Público e a PF trabalharem em paz por muito tempo). Benil assessorava também Chico Anysio, ou pelo menos foi o que entendi (inclusive anos depois, quando Chico, meio pancada, disse na tv que eu era ingrato, que ele e Benil tinham me trazido do exílio e produzido meu show no Canecão — coisa que não aconteceu nem mesmo quando eu de fato vim — e que agora eu cantava “Debaixo dos caracóis” agradecendo a Roberto Carlos...). Quando vim de volta, o fiz porque João me assegurou que tudo seria lindo, que ninguém me trataria mal, que no aeroporto eu só encontraria sorrisos. Kitsch demais para Schwarz? Dedé e eu ficamos impressionados com a precisão dessas predições. Mas vim com medo. Marcamos encontro com Violeta Arraes para eu ter ao menos um quadro realista. Violeta disse que tinha falado com Luís Carlos Barreto e este tinha dito que tudo poderia sair

bem. Hoje Jorge Mautner me diz que Violeta, bem antes, em nosso verão na Catalunha, pediu a ele para nos dissuadir de voltar, mesmo que isso se mostrasse possível, pois permanecermos exilados “dramatizaria a ditadura”, se voltássemos, certa força de resistência se perderia. Mas nem ele nem ela nos disseram nada disso na época. Tenho certeza de que eu não viria se soubesse de qualquer interesse dos militares em nos ver aqui. Vi tudo como parte do arbítrio ilógico da ditadura, sobre o qual conto tudo no episódio da prisão. Essa é toda a entranha íntima da minha vinda para cantar com João e Gal, que determinou minha decisão de voltar de vez. Uma vez aqui, nunca fui procurado por nenhuma autoridade, mínima que fosse (exceto o agente da censura que quis proibir meu show da volta por causa da palavra “reggae”: os que cortaram — na faixa já gravada por Bethânia — versos de “Negror dos tempos”, assim como a palavra “bofes” em “Deus e o diabo”, o fizeram sem me procurar pessoalmente).

Mas Schwarz também contrasta sua visão de um esquerdista no paraíso pré-64 com a descrição de um tropicalista que desqualifica toda a esquerda, reduzindo seus mais requintados representantes ao juízo vulgar das plateias de festivais de televisão. Para ilustrar esse estranho antiesquerdismo, ele lista nomes da esquerda sofisticada: Mário Pedrosa, Anatol Rosenfeld, Paulo Emílio Sales Gomes, Antonio Candido, além de Glauber (e a turma do Cinema Novo), Zé Celso, o grupo da Poesia Concreta e a turma da Música Nova. Ora, não conheci Pedrosa nem Candido. Estive com Paulo Emílio uma vez, num festival de cinema na Bahia em que fui apresentado a ele (nesse momento, tive diálogo com Jean-Claude Bernardet). Mas Pedrosa era o crítico por trás de (entre outros) Hélio Oiticica e Lygia Clark — e fui amigo dos dois até que eles morressem. O nome Tropicália, como conto no livro, veio, via Luís Carlos Barreto, da instalação de Hélio. Minha recusa inicial em manter esse título perdeu o sentido diante da admiração e interesse do artista pelo que eu fazia no âmbito da música popular. Os cinema-novistas foram os mais frequentes e ardorosos espectadores do nosso show na Sucata. Minha amizade com essa turma dura até hoje e, na época, eles estavam em grande sintonia conosco, ao contrário da turma da MPB do Rio. Zé Celso tornou-se meu amigo na noite mesma em que vi *O Rei da Vela*. Quanto aos poetas concretos e os músicos da Música Nova, não preciso dizer que eles foram, respectivamente, apoiadores críticos e colaboradores dos tropicalistas. Minha amizade — afinção — com Augusto de Campos é notória. E se

mantém até os dias de hoje. Nunca tive essa gente por representante da esquerda estreita que nos viajava no auditório da Record nem dos governos opressivos dos países comunistas. Em nenhum lugar do meu livro digo qualquer coisa que equivalha a isso. Nem eles consideraram minha virada tropicalista uma traição à história essencial das esquerdas. Ao contrário, todos eles tinham, com variações, os mesmos problemas que eu com relação à opressão sofrida pelos artistas experimentais em países comunistas e à visão da arte por parte de críticos sociologizantes da esquerda pátria. Eu amo Augusto Boal, seu talento e seus ensinamentos sobre estar num palco, mas o texto que ele escreveu e foi distribuído à porta da FAU quando de um debate promovido pelos estudantes (assim como a peça de Guarnieri que ele montou em 1968) desancava os tropicalistas. Zé Celso, os concretistas, Hélio Oiticica, Glauber Rocha ou Lygia Clark não pensavam como ele a respeito do que fazíamos. Minha primeira motivação para colocar-me à esquerda se mantém até hoje: a horrenda desigualdade da sociedade brasileira. E só faz exacerbar-se no clima dos meses recentes, em que o horror dos conservadores finge se dirigir à corrupção quando é nojo e medo dos pobres, pretos e desorganizados, além de impaciência com estes.

A luta pela superação da opressão de classe e da humilhação colonialista/imperialista nunca me abandonou. Não digo isso para agradar à ultrapassada (como nós prevíamos) onda esquerdista que criou uma aristocracia do espírito tola (e, na prática, talvez regressiva) entre nós. Digo-o porque a questão que desejo ver enfrentada é grande. Além das minhas simpatias pela esquerda crítica, há a descoberta para mim, alertado mais uma vez por Zé Almino, da figura única de Roberto Mangabeira Unger. Este convida os aspectos cruciais do liberalismo para seu projeto de aprofundamento da democracia (com toda a crítica abrangente a muitas camadas da percepção da experiência humana, Mangabeira nunca perde tempo em rever o conceito de — nem mesmo a palavra — democracia). Seu programa de reforma revolucionária começa por usar as energias da economia de mercado para, ao mesmo tempo em que diminui a desigualdade, mudar as instituições, retrabalhar a questão da propriedade, dos contratos e do direito. Neste momento, quando se discute a pertinência das reformas trabalhista e previdenciária, volto a suas declarações a respeito e encontro na minuta que ele expediu quando era ministro do governo Lula a inteligência e a responsabilidade que me fazem falta nas falas que ouço hoje. Há os liberais, que pedem “flexibilização”, e os socialistas, que pe-

dem manutenção de direitos adquiridos. Mangabeira falava da complexidade dos laços entre as duas reformas, apontava para o estágio atual da questão capital/trabalho, e olhava com objetividade para os empecilhos práticos que possivelmente se apresentariam. O texto dele criava esperança com sua ousadia em enfrentar o problema de maneira pragmática. Em sua obra, Mangabeira encara de modo luminoso o que outros chamam de “a questão religiosa”, e enfrenta os problemas filosóficos de base, sem retrair-se diante das perguntas e respostas cosmológicas ou frente aos dilemas da psiquiatria. Nunca se submete aos modismos vocabulares do politicamente correto, mas não evita usar termos como “autoajuda” no sentido corrente. Tampouco finge não ver que o crescimento das Igrejas evangélicas tem significado positivo aproveitável num projeto de transformação da sociedade brasileira. Lê-lo tem me excitado a imaginação e a vontade. Há décadas observo que o Brasil não tem sabido aproveitar o que ele tem a oferecer. Quando, na flor dos meus 25, aproximei-me de uma turma que buscava transformar o mundo transformando-se, a motivação maior era superar o nó que prende o sonho de mudança a uma desvalorização da vida vivida no presente. Mangabeira propõe que a reforma revolucionária das instituições seja concomitante com o engrandecimento de cada indivíduo em seu tempo biográfico. Contra o que ele chama de “a heresia sartriana”, que instiga a negação da repetição de padrões comportamentais estabelecidos, sugere amor monogâmico elevado à quase divinização. É uma sabedoria paciente em relação à rotina. Não tenho problema com a ideia de um amor exclusivo e sei amar a rotina, mas foi, em grande parte, inspirada na rebeldia de Sartre que a contracultura se manifestou em mim. Por outro lado, leio na coluna de Hélio Schwartsman na *Folha de S. Paulo* que Walter Scheidel, o professor austríaco de Stanford, diz que, desde a pré-história, o homem tende a concentrar riqueza — e isso só muda se houver grandes guerras, revoluções, colapsos de Estados ou epidemias. Um dos aspectos fundamentais do projeto político de Mangabeira é fazer com que a diminuição das desigualdades independa de guerras, revoluções ou calamidades. “Empreendedorismo de vanguarda” é já uma expressão que desmonta os preconceitos do esquerdismo vulgar (e explica sua abertura para a onda neopentecostal). Por causa de sua corajosa trajetória teórica, que apresenta um ponto de vista ousado sobre a política e a filosofia, sinto-me mais inclinado a ouvi-lo do que a tantos frankfurtianos e pós-estruturalistas.

Na parte final de vt, comento, desavergonhadamente, temas centrais da discussão política de vinte anos atrás. Qualquer esquerdista aprovaria minha má vontade com Huntington. Alguns apenas se perguntariam por que perder tempo com ele (sem falar nos que, esquerdistas ou não, poriam em dúvida minhas qualificações para tratar dos assuntos que ele discute). Na altura me pareceu pertinente. Depois de Fukuyama (com quem Derrida perdeu muito mais tempo em seu livro sobre Marx), Huntington era o pensador que dava base intelectual ao eufórico mundo pós-comunista. A queda do muro de Berlim e da União Soviética, a liberalização dos países do Leste Europeu, tudo apontava para um mundo unificado em torno do capital. Huntington tomava o Ocidente como a civilização que instaurou o império da lei e deve impor-se sobre as demais. Eu tendia a pensar, com Antonio Cicero, que as conquistas tidas como ocidentais fossem tomadas pelo que ainda creio que elas são: libertação do indivíduo, busca conjunta de formas abertas de organização das sociedades, reconhecimento de direitos humanos inegociáveis. O Ocidente pode ter, por mil fatores, levado esse programa mais longe e mais sistematicamente. Mas ele não é seu. Esboços disso surgiram na Índia e na China, na África e, de certa forma, em toda parte. Tentativas de chegar a algo que pode ser a agenda mínima da humanidade. Amartya Sen, em seu livro contra o fanatismo, *Identidade e violência*, ilustra belamente o que tal hipótese pode significar. Mesmo em autores duros como Gellner (ele acha os órgãos sexuais feios), algo do que há de bom nessa tendência aparece. A versão mais radical, a de Cicero, resulta a mais passível de abertura às diferenças culturais e às identidades nacionais. Roberto Schwarz tinha razão em ser contra minha perspectiva: minha obra tinha identificação com a globalização. Mas mesmo então essa identificação era problemática para mim. Imagina se eu ia apoiar a ideia de um governo mundial, supranacional, nascido do domínio anglo-americano! O mito do Brasil original e instaurador do Reino do Espírito Santo era a imagem que representava meu desacordo com a uniformização do mundo a partir do modelo do Atlântico Norte.

Hoje, o diagnóstico de Lévi-Strauss que dava conta da insalubridade do sonho de uniformização, que naquela época ficava apenas no fundo da minha cabeça, vem à tona e precisa ser contraposto a formas elevadas de filosofia, como a de Cicero, que vão até o fim no projeto de uma razão única que responde a todas as formas culturais. Evidente que Cicero põe-se